

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2014**

O **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S. A.**, por intermédio da Pregoeira designada pela **Portarias N.º 155/2013 e 070/2014** leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Federal n.º 5.450/2005, Lei Estadual 6.474/2002, Decreto Estadual n.º 2.069/2006, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Estadual N.º 878/2008 e subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, **FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, DO TIPO MENOR PREÇO, COM ADJUDICAÇÃO GLOBAL, COM OBSERVÂNCIA DAS CONDIÇÕES CONSTANTES DESTES EDITAIS E SEUS ANEXOS.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico:

**DATA: 24/06/2014**  
**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10h (horário de Brasília)**  
**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

**1 - DO OBJETO**

**1.1** - O presente Pregão tem por objeto Contratação de empresa especializada com registro no Ministério da Cultura para a prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de benefício cultural na forma de cartão magnético pré-pago, dotados de tecnologia apropriada aos funcionários do BANPARÁ, que possibilitem aquisição de ir ao teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo ou comprar ou alugar CDs, DVDs, livros, revistas, jornais, instrumentos musicais, fazer um programa cultural, cursos de artes, audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura, teatro ou qualquer outro meio que possibilite ao funcionário acesso ao lazer e/ou cultura, por meio de rede de estabelecimentos credenciados nacional e também operações comerciais de compra realizadas pela internet, na forma definida do Decreto nº 8.084, de 26 de Agosto de 2013 que regulamenta a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura, conforme descrições, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos deste edital.

**1.2** - Havendo discordância entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet-CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**1.3** - A adjudicação será GLOBAL.

**1.4** - NO CAMPO “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO” DO SISTEMA COMPRASNET, OBRIGATORIAMENTE E SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ DESCRVER A SÍNTESE DO OBJETO OFERTADO, NÃO SENDO ACEITÁVEL O USO EXCLUSIVO DA EXPRESSÃO “CONFORME O EDITAL” E SIMILARES. SENDO VEDADO NESTE CAMPO, A DESCRIÇÃO DA MARCA, POIS ESTA DEVE SER DESCRITA EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA COMPRASNET.

**1.5 - FICA VEDADO AO LICITANTE QUALQUER TIPO DE IDENTIFICAÇÃO QUANDO DO REGISTRO DE SUA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA COMPRASNET, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME.**

**2 - CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE**

**Anexo I: Termo de Referência**

**Anexo I-A – Relação de Municípios**

**Anexo I-B Locais para a entrega dos cartões**

**Anexo II: Modelo de Proposta de Preços**

**Anexo II-A – Modelo de Declaração Independente de Proposta**

**Anexo III: Modelo Declaração de Inexistência de Fato Superveniente**

**Anexo IV: Modelo de Declaração que não emprega menor**

**Anexo V: Modelo de Atestado de Capacidade Técnica.**

**Anexo VI: Minuta do Contrato**

**3 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**3.1** - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, exclusivamente por meio eletrônico (via internet), para o email [cpl@banparanet.com.br](mailto:cpl@banparanet.com.br) , **até às 16h.**

**3.2** - Caberá a Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura da sessão pública.

**3.3** - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**3.4** - As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas

**4 - DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

**4.1** - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico (via internet), no e-mail [cpl@banparanet.com.br](mailto:cpl@banparanet.com.br), **até às 16h.** As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pela Pregoeira através do site [www.banpara.b.br](http://www.banpara.b.br), ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira.

**5 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**5.1** - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

**5.1.1** - Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;

**5.1.2** - Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 12 deste Edital.

**5.1.3** - Estejam registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do §1º do art. 1º do Decreto 3.722, de 09.01.2001, publicado no D.O.U. de 10.01.2001:

**5.1.3.1** - As empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração

Pública, até o terceiro dia útil anterior a data de recebimento das Propostas (§ único, do art. 3º do Decreto 3.722/01).

**5.1.3.2** - As empresas estrangeiras deverão solicitar o seu credenciamento diretamente no COMPRASNET, até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão.

**5.2** - Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o **Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório**, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo I do presente Edital.

**5.3 - Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

**5.3.1** - Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

**5.3.2** - Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição; grupos de empresas ou mais de uma empresa do mesmo grupo;

**5.3.3** - Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, lhe aplicada a sanção nos termos da legislação vigente, ou ainda, punida com suspensão temporária para licitar ou contratar, nos termos do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666/93;

**5.3.4** - Empresa que se encontre sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, em dissolução ou em liquidação, em consórcios de empresas e que estejam coligadas ou subsidiárias entre si e sob concurso de credores,

**5.3.5** - Empresas que tenham sido descredenciadas no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.

## **6 - DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

**6.1** - Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.

**6.2** - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no *site* **[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**.

**6.3** - O credenciamento e a sua manutenção requerem registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que, também, será requisito para fins de habilitação, consoante o estabelecido no inciso I do art. 13 do Decreto Federal n.º 5.450/05 e inc. I do art. 14 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006.

**6.4** - O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**6.5** - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao BANPARÁ S/A., órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.6** - A perda da senha ou a detecção de indícios que sugiram a quebra de sigilo devem ser imediatamente comunicadas ao provedor do sistema, com vistas à adoção das medidas cabíveis e imediato bloqueio de acesso.

**7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1** - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valor global da proposta, a partir da data da liberação do Edital no site **www.comprasnet.gov.br**, até o horário limite de início da Sessão Pública, ou seja, **até às 10h do dia 24/06/2014**, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

**7.1.1** - As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão por ocasião do envio da proposta, declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido previsto na referida lei, conforme dispõe o art. 11 do Decreto Estadual Nº 878/2008.

**7.2** - Como requisito para a participação no Pregão o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

**7.3 - FICA VEDADO AO LICITANTE QUALQUER TIPO DE IDENTIFICAÇÃO QUANDO DO REGISTRO DE SUA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA COMPRASNET, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME, CONFORME ITENS 1.4 E 1.5 DESTE EDITAL.**

**7.4** - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, de acordo com o previsto no inciso III, art. 13, do Decreto Federal n.º 5.450/05 e inc. III do art. 14 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006;

**7.5** - Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme disposto no inciso IV, art. 13, do Decreto Federal n.º 5.450/05 e inc. IV do art. 14 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006;

**7.6** - O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.

**7.7** - Na proposta de preços, **a ser enviada pelo licitante que cotou o menor preço**, deverão constar, pelo menos, as seguintes condições, **conforme modelo constante do Anexo II do edital e observados as regras estabelecidas no item 7 e seus subitens do Termo de Referência, anexo I deste edital. :**

**a)** Razão Social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

**b)** Prazo de validade de no mínimo **120 (cento e vinte) dias consecutivos**, a contar da data de sua apresentação.

**c) Valor Global da Proposta, apurado com base na menor taxa administrativa (R\$ ),** de acordo com o(s) preço(s) praticado(s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93 e conforme modelo de proposta, contido no Anexo II do edital.

c.1 O valor global da proposta deve constar em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, INCLUSIVE NA ETAPA DE LANCES, considerando a prestação do serviço constante no Termo de Referência - Anexo I do presente Edital. **(para apuração do valor global da proposta, observar o modelo de proposta de preços do anexo II do edital);**

**d)** Declaração de que estão de pleno acordo com todas as condições, exigências e obrigações estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como que aceita todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital e seus anexos, em especial, no termo de referência e instrumento de contrato;

**e)** Apresentar declaração independente de proposta, nos termos do modelo constante do anexo II-A

**7.8 -** No preço apresentado pela licitante já estão incluídos todos os tributos e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato e a execução dos serviços referidos, assim como contribuições previdenciárias, fiscais e parafiscais, PIS/PASEP, FGTS, IRRF, emolumentos, seguro de acidente de trabalho, e outros, ficando excluída qualquer solidariedade do BANPARÁ, por eventuais autuações.

**7.9 -** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos.

**7.9.1 -** O BANPARÁ não aceitará qualquer cobrança posterior de quaisquer encargos financeiros adicionais, salvo se criados após a data de abertura desta licitação e que venha, expressamente incidir sobre seu objeto na forma da lei.

**7.10 -** O licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (inciso III do art. 13 do Decreto Federal nº. 5.450/05 e inc. III do art. 14 do Decreto Estadual nº. 2.069/2006).

**7.11 -** Caso exista algum fato que impeça a participação de quaisquer licitantes, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Pregoeira do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/93.

**7.12 -** A Pregoeira verificará as propostas de preços enviados, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que de pronto, não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, **ou descumpram os itens 1.4 e 1.5** ou ainda, apresentem defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**7.13** - A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## **8 - DA SESSÃO PÚBLICA**

**8.1 - A partir das 10h (horário de Brasília) do dia 24/06/2014** e em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços, **recebidas em conformidade com o item 1.4 e 1.5** que deverão estar em perfeita consonância com o objeto deste edital no presente Edital e seus Anexos.

**8.2** - A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no *site* [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), conforme o Edital.

## **9 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**9.1** - Somente os licitantes que apresentaram proposta de preços em consonância com os itens 1.4 e 1.5, poderão apresentar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.2** - Os lances serão ofertados considerando o **VALOR GLOBAL DA PROPOSTA, APURADO CONFORME MODELO DE PROPOSTA CONTIDA NO ANEXO II DESTE EDITAL.**

**9.2.1** **A taxa administrativa não poderá ser inferior a Zero e nem superior a 3,33%, conforme Instrução Normativa nº 2 de 04/09/2013 do Ministério da Cultura, mencionado na alínea "c" do item 7.2 do Termo de Referência, anexo I do edital.**

**9.3** - Os licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

**9.4** - O LICITANTE SOMENTE PODERÁ OFERECER LANCES INFERIORES AO ÚLTIMO POR ELE OFERTADO E REGISTRADO NO SISTEMA.

**9.5** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.6** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

**9.7** - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuam sendo recebidos, para a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.8** - A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.9** - Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**9.10** - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico, de acordo com a comunicação às Licitantes,

após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**9.11** - Caso o Sistema não emita o aviso de fechamento iminente, a Pregoeira se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes, observados o mesmo tempo de até 30 (trinta) minutos.

**9.12.** Incumbirá, ainda, ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inciso IV do art. 13 do Decreto Federal n.º 5.450/05 e inciso IV do art. 14 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006).

**9.13.** A desistência em apresentar lance implicará exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

## **10 - DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO.**

**10.1** - Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

**10.2** - Caso não ocorra lances deverá ser verificado o valor estimado do objeto e a especificação técnica prevista.

**10.3 - Serão rejeitadas as propostas de preços que, mesmo após os lances e negociação, ainda permaneçam superiores aos valores estimados pela Administração.**

**10.4** - Verificado e confirmado ser o licitante titular do menor lance empresa de médio ou grande porte, e existir microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte que tenha(m) sido classificada(s) com valor de lance até 5% (cinco por cento) acima do menor lance, será aberta a oportunidade para que a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada formule lance melhor e, no caso de recusa ou impossibilidade, proceder-se-á de igual forma com as demais microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas sucessivamente (art. 45, da Lei Complementar nº 123/2006).

**10.5** - Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, nos termos da Lei n.º 9.317/96 e a sua sucessora Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, serão adotados os seguintes procedimentos:

**10.5.1** - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

**10.5.2** - Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**I** – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**II** - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 11.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**III** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no subitem 11.5., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.5.3** - A microempresa e a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**10.5.4** - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 11.5.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**10.5.5** - O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**10.6** - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**10.7** - Cumpridas as etapas anteriores, a Pregoeira verificará a habilitação do Licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

**10.8** - Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

**10.8.1** - Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, a pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.9** - Será aceito apenas o registro de uma única proposta de preços vencedora, existindo a possibilidade de convocar Licitantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, caso haja desclassificação ou inabilitação ou ainda desistência da vencedora.

**10.9.1 - O licitante que desistir dos lances ofertados sujeitar-se-á às penalidades estabelecidas neste Edital, conforme item 20.**

**10.10** - Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Pregoeira declarará a empresa vencedora da licitação.

**10.11** - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**10.12** - A proposta de preços original devidamente atualizada com o último lance, e respectivos documentos anexos, se for o caso deverá ser enviado, **VIA SEDEX**, para o BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A, no endereço Av. Presidente Vargas, 251 – 1º andar – Belém-Pará – Bairro do Comércio - Belém – PA, CEP: 66.010.000 no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da indicação do(s) licitante(s) vencedora(s).

## **11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**



**11.1** - O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR VALOR GLOBAL DA PROPOSTA, apurado conforme modelo de proposta do Anexo II deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**11.2** - A Pregoeira efetuará o julgamento das propostas de preços e poderá negociar pelo sistema eletrônico diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

**11.3** - O empate entre dois ou mais licitante somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre a proposta de preços e quando não houver lances para definir o desempate, considerando-se, também, os procedimentos legais previstos para microempresa ou de empresa de pequeno porte. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado em sessão pública a ser designada para a qual todos os licitantes serão convocados.

**11.4** - Será admitido apenas 01(um) licitante vencedor.

**11.5** - Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o BANPARÁ S/A e nem firam os direitos dos demais licitantes.

**11.6** - O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e no site **[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**.

## **12 - DA HABILITAÇÃO**

**12.1** - Para habilitação neste Pregão Eletrônico, a empresa interessada deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, com os documentos em plena validade, a qual será verificada "on line", atendendo, ainda, às seguintes condições:

**12.1.1** - Apresentar **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE SUA HABILITAÇÃO**, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo III** deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da Licitante, com o número da identidade do declarante.

**12.1.2** - **DECLARAÇÃO DO LICITANTE DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADO(S) MENOR (ES) DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E DE 16 (DEZESSEIS) ANOS EM QUALQUER TRABALHO**, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Edital.

### **12.1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**12.1.3.1. ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante prestado serviço compatível em características com o objeto da presente licitação;

**12.1.3.2. E empresa deverá apresentar a comprovação do cadastro no Ministério da Cultura e de ser possuidora do certificado de inscrição no Programa de Cultura do Trabalhador e autorizada a produzir e comercializar o Vale-Cultura.**

**12.1.4 - Habilitação jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e com todas as suas alterações, ou a consolidação, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias. No caso de sociedades empresárias ou sociedades por ações, deverão ser acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- c) Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**12.1.5 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de regularidade com as fazendas públicas: federal (inclusive dívida ativa), estadual (se a sede da empresa for no Estado do Pará, a regularidade será comprovada por meio de duas certidões: tributária e não tributária) e municipal (se a sede da empresa for no município de Belém, a regularidade será comprovada por meio de uma única certidão, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n.º 06/2009 – GABS/SEFIN);
- c) Prova de Regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- d) Prova de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**12.1.6 - Qualificação econômico-financeira:**

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da Sessão Pública. Devem ser nomeados os valores do Ativo Circulante (AC) e do Passivo Circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Geral (LG), Índice de Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral, **superior a um (>1)**, resultante da aplicação da seguinte fórmula, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial ou apurados mediante consulta *on line* no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \end{aligned}$$

**a.1)** A licitante que apresentar índices econômicos **iguais ou inferiores a um ( $\leq 1$ )** em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

**b)** As empresas que, porventura, ainda não tiverem concluído seu primeiro exercício social e, conseqüentemente, não possuírem Balanço Patrimonial exigível na forma da lei, poderão participar da licitação mediante apresentação do Balanço de Abertura, em conformidade com a legislação contábil, para a comprovação de sua qualificação econômico-financeira.

**c)** Certidão negativa de Pedido de falência ou recuperação judicial ou Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica; sendo que as Certidões que não expressem a validade, só serão admitidas como válidas se emitidas a menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à abertura da sessão.

**12.2.** O licitante que for declarado vencedor do presente Pregão, deverá inserir, como anexo, no sistema comprasnet, todos os documentos necessários para habilitação, a proposta de preços atualizada com o último lance (ver modelo do **Anexo II**), no prazo a ser fixado pela Pregoeiro no momento da sessão pública, sendo que o referido prazo não poderá ser inferior a 60 (sessenta) minutos, prorrogáveis a critério do Pregoeiro.

**12.2.1.** Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no Sistema SICAF ou quando não estiverem nele contemplados, também deverão ser inseridos, como anexo, no sistema comprasnet, conforme os prazos estabelecidos no item 12.2

**12.2.2 – Para fins de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, no decorrer da análise dos documentos de habilitação e proposta de preços pela Pregoeira, este poderá diligenciar os referidos documentos e propostas, bem como, solicitar que sejam inseridos, como anexo, documentos atualizados até o prazo final agendado para o retorno da sessão.**

**12.2.3.** Quando a proposta de preços e as declarações constantes dos itens 12.1.1 e 12.1.2 forem assinadas por um preposto da empresa que não seja seu sócio administrador ou proprietário, o licitante também **deverá inserir, como anexo, instrumento público ou particular de procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.**

**12.2.4.** O licitante que deixar de inserir, como anexo, no sistema comprasnet, a documentação acima especificada no prazo definido pelo Pregoeiro será DESCLASSIFICADO do certame.

**12.3.** O licitante que for declarado vencedor do presente Pregão Eletrônico deverá enviar os originais e/ou autenticados dos documentos e propostas que foram inseridos como anexo, no sistema comprasnet, na forma do item 12.2, para o BANPARÁ S/A, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis VIA SEDEX ou entregar na CPL, situada na Av. Presidente Vargas, 251 1º andar – Comércio – Belém –Pará – CEP- 66.010.000, em dias úteis, no horário de 09h às 16h.

**12.4 - AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, POR OCASIÃO DA PARTICIPAÇÃO EM CERTAMES LICITATÓRIOS, DEVERÃO APRESENTAR TODA A**

**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA EFEITO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO.**

**12.4.1** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**12.4.2** - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**12.5** - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**12.6** - O licitante estrangeiro deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, no caso de ser considerado vencedor.

**12.7** - O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante.

**13 - DOS RECURSOS**

**13.1** - Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação da vencedora, exclusivamente em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

**13.2** - Será concedido ao licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa dos seus interesses.

**13.3** - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

**13.4** - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.5** - No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**13.6** - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

**13.7** - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A, localizado à Av. Presidente Vargas, 251 – 1º andar – Bairro do Comércio – Belém-Pará– CEP: 66.010-000, no horário de 9h às 16h (horário local).

**13.8** - Apenas serão considerados e analisados as razões de recursos e contra-recursos interpostos tempestivo e exclusivamente, em campo próprio do Sistema Eletrônico do comprasnet, salvo os anexos, quando necessário, poderão ser encaminhados via email [cpl@banparanet.com.br](mailto:cpl@banparanet.com.br) ou fax (91) 3348-3216.

#### **14 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**14.1** - A adjudicação e homologação somente serão efetivadas:

**a)** Se não houver manifestação dos licitantes da intenção de interpor recursos, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão do Pregão;

**b)** Após o deferimento ou indeferimento dos recursos interpostos e dado conhecimento dos seus resultados.

**14.2** - A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será **GLOBAL** e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

**14.3** - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer de dentro do período de validade da proposta, e, em havendo interesse do BANPARÁ, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

**14.4 - EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ITEM 17.2.1 ABAIXO, A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR O NÚMERO DA AGÊNCIA E CONTA CORRENTE ABERTA NO BANPARÁ, CUJA ABERTURA, OBRIGATORIAMENTE, DEVERÁ SER FEITA NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 05 (CINCO DIAS) CONSECUTIVOS CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.**

#### **15 - DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**15.1** - Depois de homologado o resultado desta licitação, o BANPARÁ convocará a licitante adjudicatária para a assinatura do Contrato (Anexo VI).

**15.2** - A convocação de que trata o subitem anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério do BANPARÁ, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

**15.3** - É facultado ao BANPARÁ, quando o proponente vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas ou não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato, rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste Edital.

**15.4** - A recusa injustificada do licitante vencedor de assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo BANPARÁ caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

**15.5** - Os valores mencionados no modelo de proposta de preço - (anexo II), são meramente referenciais e tem como única finalidade subsidiar licitantes a elaborarem suas propostas, não importando, em nenhuma hipótese, em compromisso do Banco do Estado do Pará – BANPARÁ para com o atendimento na execução do contrato.

## **16 - DO PRAZO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**16.1** - Os serviços serão prestados na forma, condições, exigências e nos prazos previstos no termo de referência (Anexo I), bem como, na minuta do contrato (Anexo VI), devendo ser observado às disposições gerais de execução do serviço, conforme item 10 do Termo de Referência.

**16.2** - Os serviços prestados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta da ADJUDICATÁRIA serão considerados inexecução total do contrato, sujeito às penalidades nele prevista.

## **17 - DO PAGAMENTO**

**17.1** - O pagamento será efetuado com observância ao **item 10 do Termo de Referência, Anexo I do edital.**

**17.2** - O **CONTRATANTE** efetuará o pagamento via crédito em conta corrente a ser aberto pelo **CONTRATADO** em uma das agências do Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ, a qual deverá ser indicada na nota fiscal/fatura, conforme dispõe o Decreto do Estado do Pará nº 877/2008.

**17.2.1 - A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR o número da agência e conta corrente aberta no BANPARÁ, cuja abertura, obrigatoriamente deverá ser feita no prazo MÁXIMO DE ATÉ 05 (CINCO DIAS) CONSECUTIVOS CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.**

**17.3** - Apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pela FISCALIZAÇÃO, acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo INSS, Certidão de Regularidade da Receita Federal, Certidão quanto à Dívida Ativa da União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), prova de regularidade com as fazendas Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

**17.4** - Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições exigidos pela legislação em vigor, tais como, IR, ICMS, CSSL, COFINS, PIS/PASEP, etc.

**17.5** - Nenhum pagamento será efetuado ao ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, em especial, quando os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, de modo que o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**17.6** - Os valores contratados serão reajustados anualmente, a contar da data da apresentação formal pelo ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO de sua proposta de preços, segundo a variação acumulada do INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro, na falta deste, que estiver estabelecido na legislação à época de cada reajuste.

## **18 - DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO**

**18.1** - Além das obrigações expostas em Termo de Referência, **item 9** (Anexo I), o ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO fica vinculado a:

- a) Assinar o instrumento de contrato no prazo especificado no item 15 *supra*;
- b) Cumprir fielmente as obrigações enunciadas na Minuta do Contrato – Anexo VI deste edital;
- c) Prestar GARANTIA na forma do art. 56 da lei nº 8.666/93,
- d) Prestar os serviços em prazo não superior ao estabelecido no Anexo I deste edital, bem como em conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência. Caso a prestação dos serviços não seja feita dentro do prazo ou fora das especificações exigidas no edital, o **CONTRATADO** ficará sujeito à multa estabelecida neste edital e na minuta do contrato;
- e) Responder pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão, bem como, pelas despesas decorrentes da entrega dos bens e prestação dos serviços;
- f) Abrir conta-corrente no BANPARÁ, na forma do que dispõe o Decreto Estadual nº 877/2008.
- g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao BANPARÁ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) Manter-se durante a execução dos serviços em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste edital, bem como, quanto ao cumprimento da emenda constitucional nº 42 à Constituição do Estado do Pará, de 04 de junho de 2008, devendo a empresa contratada, por ocasião da retirada da nota de empenho, apresentar declaração de que emprega pessoas com deficiência, na forma prevista na referida emenda;
- i) Emitir Nota Fiscal Eletrônica – Nfe, modelo 55, nos termos do Protocolo ICMS 42/2009 de 03 de julho de 2009, se for o caso.

**18.2** - O ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO não será responsável:

- a) Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- b) Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital.

**18.3** - O BANPARÁ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

## **19 - DAS OBRIGAÇÕES DO BANPARÁ**

**19.1** - Além das atribuições expostas em Termo de Referência, **item 8** (Anexo I), o BANPARÁ, após a assinatura do contrato, compromete-se a:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da

**CONTRATADA**, se houver necessidade, desde que estejam devidamente identificados, às dependências do BANPARÁ;

- b)** Designar o responsável pela requisição e fiscalização da execução do objeto desta licitação;
- c)** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;
- d)** Atestar as faturas correspondentes aos serviços prestados;
- e)** Homologar os produtos entregues ou serviços executados pelo **CONTRATADO**;
- f)** Proporcionar todas as facilidades para que o contratado possa desempenhar os serviços dentro das normas propostas no edital de licitação e documentação pertinente a referida licitação.

## **20 - DAS PENALIDADES**

**20.1 - O LICITANTE** será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com o BANPARÁ e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores do BANPARÁ, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a)** Cometer fraude fiscal;
- b)** Apresentar documento falso;
- c)** Fizer declaração falsa;
- d)** Comportar-se de modo inidôneo. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93;
- e)** Não assinar o contrato ou retirar a nota de empenho no prazo estabelecido;
- f)** Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g)** Não manter a proposta, incidindo também nesta hipótese a não apresentação de amostra e dos documentos exigidos na licitação.

**20.2** - Na análise do descumprimento, quanto aos itens "f" e "g", desde que o ato da licitante não resulte em prejuízos para o BANPARÁ, poderá ser aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA.

**20.3** - Verificado o descumprimento ao presente Edital, a Pregoeira, solicitará mediante **e-mail** a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias.

**20.4** - Findo o referido prazo, com apresentação ou não das razões da empresa, a Pregoeira, submeterá o processo à Diretoria Administrativa, com sugestão quanto ao arquivamento ou aplicação de penalidade, para decisão;

**20.5** - Da decisão o LICITANTE será notificado mediante e-mail ou carta com Aviso de Recebimento, para querendo, apresentar eventual recurso à decisão no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será julgado pela Presidência da Instituição.

## **21 - DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**



**21.1** - A empresa **CONTRATADA**, como condição prévia da assinatura do Instrumento Contratual, deverá apresentar Declaração de que emprega pessoas com deficiência, na forma prevista na Emenda Constitucional nº 42, de 04 de junho de 2008, à Constituição do Estado do Pará.

## **22 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**22.1** - Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

## **23 - DO FORO**

**23.1** - As questões decorrentes da execução deste edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1** - Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, ou ainda anulada, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos da legislação vigente.

**24.2** - A presente licitação poderá ter a sua abertura adiada ou transferida para outra data, mediante aviso prévio.

**24.3** - Os documentos exigidos neste procedimento licitatório poderão ser apresentados em original, por meio de fotocópias autenticadas por cartório competente ou servidor da administração, ou fotocópias simples (exceto cópia de FAX) acompanhadas dos originais para cotejo no ato da apresentação.

**24.4** - As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação;

**24.5** - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o BANPARÁ não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**24.6** - Nenhuma indenização ou ressarcimento serão devidos aos licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**24.7** - Da sessão será lavrada ata com a relação dos licitantes e todas as ocorrências que interessarem ao certame.

**24.8** - Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III – Dos Contratos da Lei n.º 8.666/93, o presente Edital e a proposta do ADJUDICATÁRIO serão partes integrantes da Nota de Empenho ou Contrato, conforme o caso, a ser firmado com o ADJUDICATÁRIO.

**24.9** - O Instrumento de Contrato a ser firmado com o adjudicatário poderá ser alterado (a) nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração Pública.

**24.10** - A Pregoeira, ou autoridade superior, poderá promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

**24.11** - Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**24.12** - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo BANPARÁ.

**24.13** - Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente edital, o lance é considerado proposta de preços.

**24.14** - O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

**24.15** - A Pregoeira, ou autoridade superior, poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

**24.16** - Em caso de discrepância entre os anexos e o edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

**24.17** - A Pregoeira não desclassificará ou inabilitará qualquer licitante por falta de rubrica, erros ou omissões que não prejudiquem o curso do processo e possa satisfazer as exigências dentro da sessão.

**24.18** - Aplicam-se a presente licitação, subsidiariamente, as Leis n.º 8.078/1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes.

**24.19** - O edital e seus anexos, além de poderem ser lidos e retirados através da internet nos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), [www.banpara.b.br](http://www.banpara.b.br) e [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br) poderão também ser obtidos no BANPARÁ, situada na Av. Presidente Vargas, 251 – 1º andar, no horário de 9h às 16h, em dias úteis.

**24.20** - Para consulta e/ou quaisquer outros esclarecimentos necessários ao perfeito entendimento deste edital, poderão ser obtidos junto à Comissão Permanente de Licitações, pessoalmente, no endereço Av. Presidente Vargas, 251 – 1º andar – Sala de licitações – Belém-Pa, ou através do telefone (91) 3348-3155 ou (91) 3348-3392, entre 9h e 16h ou pelo e-mail [cpl@banparanet.com.br](mailto:cpl@banparanet.com.br).

**24.21** - Toda comunicação oficial se dará através de correspondência com Aviso de Recebimento (AR) ou fac-símile ou por publicação, nos termos da legislação.

Belém-Pará, 10 de junho de 2014.

**Vera Morgado**  
**Pregoeira**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**01 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, com sede à Avenida Presidente Vargas, 251 – 4º Andar, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ/MF nº 04.913.711/0001-08.

**02 – JUSTIFICATIVA:**

Em conformidade com a Cláusula 37ª, parágrafo único do Acordo Coletivo de Trabalho -2013/2014, o BANPARÁ compromete-se a aderir ao Programa de Cultura do Trabalhador, visando a concessão de vale-cultura aos seus empregados que recebam remuneração bruta mensal de até 05 (cinco) salários mínimos, em conformidade com o disposto no art.7º da Lei nº 12.671/2012.

**03 – OBJETO:**

Contratação de empresa especializada com registro no Ministério da Cultura para a prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de benefício cultural na forma de cartão magnético pré-pago, dotados de tecnologia apropriada aos funcionários do BANPARÁ, que possibilitem aquisição de ir ao teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo ou comprar ou alugar CDs, DVDs, livros, revistas, jornais, instrumentos musicais, fazer um programa cultural, cursos de artes, audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura, teatro ou qualquer outro meio que possibilite ao funcionário acesso ao lazer e/ou cultura, por meio de rede de estabelecimentos credenciados nacional e também operações comerciais de compra realizadas pela internet, na forma definida do Decreto nº 8.084, de 26 de Agosto de 2013 que regulamenta a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.

**04 – EPECIFICAÇÃO TÉCNICA:**

4.1 Os cartões magnéticos do vale-cultura, deverão ser confeccionados em plástico PVC, observando-se as especificações e características constantes do Manual de Identidade Visual do Vale Cultura do Programa de Cultura do Trabalhador, aprovado pelo Ministério da Cultura através da Portaria nº 80, de 27/09/2013.

**05 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

5.1 Os cartões com as respectivas senhas eletrônicas deverão ser aceitos nos estabelecimentos credenciados em todas as Capitais do Brasil e nos Municípios (localidades), listados no **Anexo I – A**, com agências/postos de atendimento do Banpará;

5.2 O prazo de entrega das senhas eletrônicas através de cartões magnéticos será de no máximo 10(dez) dias, a contar da assinatura do contrato;

5.3 O local de entrega será conforme relacionado no **Anexo I - B**;

5.4 O benefício concedido pelo Banpará deverá ser disponibilizado eletronicamente para o cartão, e o funcionário precisará apenas digitar sua senha no momento da compra;

5.5 O cartão deverá ser carregado todo mês, após solicitação do BANPARÁ, em até 48 (quarenta e oito) horas, no máximo, após o pedido;

5.6 Os cartões magnéticos terão validade indeterminada;

5.7 Os valores creditados mensalmente no cartão vale-cultura serão cumulativos e terão prazo de validade indeterminado;

5.8 Apresentar relação de rede de estabelecimentos credenciados ativos, exigido no item 5.1 deste Termo, que atendam satisfatoriamente à utilização dos cartões eletrônicos pelos funcionários do BANPARÁ;

5.8.1 A empresa poderá, outrossim, apresentar declaração de que se compromete, caso seja vencedora da licitação, a credenciar os estabelecimentos, nos municípios relacionados no Anexo I-A do Edital, no prazo de 10(dez) dias, a contar da homologação do resultado da licitação.

5.9 A CONTRATADA, quando solicitada pelo BANPARÁ, deverá disponibilizar relatórios gerenciais, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, com as seguintes informações mínimas:

- Nome do empregado/usuário, número do cartão, data e valor do crédito concedido;
- Local, data e valor da utilização dos créditos pelos empregados na rede de estabelecimentos credenciados;

- Quantidade de cartões reemitidos por empregado.

5.10 O fornecimento do vale-cultura dependerá de prévia aceitação pelo trabalhador.

#### 06 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

Para classificação das propostas, será considerado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL, baseado na MENOR TAXA ADMINISTRATIVA.

#### 07 – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

7.1 Para apresentação da proposta de preços, a empresa deverá considerar o fator de multiplicação permitido e a planilha de composição de preços abaixo:

A	B	C	D	E	F
<b>Descrição dos Serviços</b>	<b>Quantidade de Usuários</b>	<b>Valor Mensal do Vale Cultura por Usuário</b>	<b><u>Valor Máximo da Taxa Administrativa</u></b>	<b>Valor Total Mensal Estimado</b>	<b>Valor Global Estimado (12 meses)</b>
Prestação dos Serviços de Confecção e Fornecimento de Vale Cultura	1.020*	R\$ 50,00	3,33%	R\$ 52.698,30	R\$ 632.379,60

\*Com incremento de 30%

#### DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO PARA APURAÇÃO DO VALOR GLOBAL:

$$1.020 \times 50,00 = 51.000,00 + 3,33\% = 52.698,30 \times 12 \text{ (meses)} = R\$632.379,60$$

#### 7.2 Detalhamento:

a) Para o quantitativo de funcionários que recebem até 05 salários mínimos de remuneração, considerou-se os funcionários ativos, ou seja, os funcionários que não estão com o contrato de trabalho suspenso no total de **785** funcionários (**base abril/2014**). Portanto, considerando o Plano de Expansão das Unidades, suprimento para atender os desligamentos e reserva técnica, estimamos um incremento de 30% sobre o quantitativo real, perfazendo um total estimado mensal de **R\$ 52.698,30** e anual de **R\$632.379,60**. O valor mensal do vale-cultura, por usuário, será de **R\$50,00** (cinquenta reais);

b) O Valor Médio da Taxa Administrativa ficou em 3,33%, tendo em vista cotação realizada em várias empresas do ramo.

c) A CONTRATADA NÃO PODERÁ PRATICAR TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO INFERIOR A ZERO NEM SUPERIOR A 3,33 % (TRÊS VÍRGULA, TRINTA E TRÊS POR CENTO), CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 04/09/2013 DO MINISTÉRIO DA CULTURA.

d) Não poderá ser objeto de fatura o serviço de fornecimento adicional de cartões, oriundo de solicitação de emissão de segunda via, bem como outros que não estejam previstos neste TR.

#### 08 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

O BANPARÁ, após a assinatura do contrato, compromete-se a:

8.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA**, se

houver necessidade e desde que estejam devidamente identificados, às dependências do BANPARÁ;

8.2 Designar o responsável pela requisição e fiscalização dos serviços objetos do contrato.

8.3 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;

8.4 Comunicar à CONTRATADA, sempre que possível, qualquer alteração na prestação do serviço contratado;

8.5 Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade referente à execução dos serviços contratados.

#### **09 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1 Assinar o instrumento de contrato no prazo especificado;

9.2 Cumprir fielmente as obrigações enunciadas do Contrato;

9.3 Prestar GARANTIA na forma do art. 56 da lei nº 8.666/93

9.4 Responder pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da contratação, bem como, pelas despesas decorrentes da prestação do serviço;

9.5 Abrir conta-corrente no BANPARÁ, na forma do que dispõe o Decreto Estadual nº 877/2008.

9.6 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao BANPARÁ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.7 Manter-se durante a execução dos serviços em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e no edital, bem como, quanto ao cumprimento da emenda constitucional nº 42 à Constituição do Estado do Pará, de 04 de junho de 2008, devendo a empresa contratada, por ocasião da retirada da nota de empenho, apresentar declaração de que emprega pessoas com deficiência, na forma prevista na referida emenda;

9.8 Emitir Nota Fiscal Eletrônica – Nfe, modelo 55, nos termos do Protocolo ICMS 42/2009 de 03 de julho de 2009.

9.9 A CONTRATADA não será responsável:

a) Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

b) Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no Contrato.

9.10 O BANPARÁ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

#### **10 – PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:**

10.1 O pagamento será, mensal, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada ao CONTRATANTE até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, com vencimento para o dia 30 (trinta), para que o serviço seja atestado pela área responsável, ficando o CONTRATANTE isento de responsabilidade por atrasos na apresentação das faturas por parte da CONTRATADA:

a) a emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, obrigatoriamente, no mês da prestação do serviço pelo CONTRATANTE e deverá conter discriminativo/relação com a quantidade de beneficiários, o valor da taxa de administração e o valor dos créditos liberados.

10.2 Na forma do Decreto Estadual nº 877/2008 (DOE 01.04.2008), o pagamento a CONTRATADA somente será efetuado mediante crédito em conta - corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ.

#### **11 – FISCAL DO CONTRATO:**

13. Será designado como fiscal do contrato um empregado lotado na SUDEP/GEREG – Gerência de Registro e Controle de Pessoal.

### **ANEXO I - A**

**Municípios (Localidades), onde o BANPARÁ possui Agências/Postos**

o	Municípios/Localidades	o	Municípios/Localidades	o	Municípios/Localidades
1	Abaetetuba	9	Juruti	7	Tailândia
2	Abel Figueiredo	0	Limoeiro do Ajuru	8	Terra Santa
3	Acará	1	Mãe do Rio	9	Tomé Açu
4	Afuá	2	Marabá	00	Tracuateua
5	Água Azul do Norte	3	Maracanã	01	Tucumã
6	Alenquer	4	Marapanim	02	Tucuruí
7	Almerim	5	Marituba	03	Ulianópolis
8	Altamira	6	Medicilândia	04	Uruará
9	Alter do Chão	7	Melgaço	05	Vigia
0	Anajás	8	Moju	06	Vitória do Xingu
1	Ananindeua	9	Mojui dos Campos	07	Viseu
2	Anapú	0	Monte Alegre	08	Xinguara
3	Baião	1	Mosqueiro	09	Curuaí Grande Lago
4	Barcarena	2	Muaná		
5	Benevides	3	Novo Progresso		
6	Belém	4	Novo Repartimento		
7	Bom Jesus do Tocantins	5	Óbidos		
8	Bonito	6	Oriximiná		
9	Bragança	7	Ourilândia do Norte		
0	Brejo Grande do Araguaia	8	Paragominas		
1	Breu Branco	9	Parauapebas		
2	Breves	0	Pirabas		
3	Bujaru	1	Ponta de Pedras		
4	Cachoeira do Arari	2	Portel		
5	Capanema	3	Porto de Moz		
	Capitão Poço		Primavera		

6		4		
7	Cametá	5	Quatro Bocas (Tomé – Açú)	
8	Canaã dos Carajás	6	Redenção	
9	Castanhal	7	Rio Maria	
0	Conceição do Araguaia	8	Rondon do Pará	
1	Concordia do Pará	9	Salinas	
2	Curralinho	0	Salvaterra	
3	Curuá	1	Santa Bárbara	
4	Curuçá	2	Santa Isabel	
5	Dom Eliseu	3	Santa Luzia do Pará	
6	Eldorado dos Carajás	4	Santa Maria do Pará	
7	Faro	5	Santana do Araguaia	
8	Floresta do Araguaia	6	Santarem	
9	Garrafão do Norte	7	Santo Antonio do Tauá	
0	Goianésia	8	São Caetano de Odivelas	
1	Icoaraci	9	São Felix do Xingu	
2	Igarapé Açú	0	São Geraldo do Araguaia	
3	Igarapé Miri	1	São Miguel do Guamá	
4	Ipixuna	2	São Sebastião da Boa Vista	
5	Itaituba	3	Sapucaia	
6	Itinga	4	São João de Pirabas	
7	Itupiranga	5	Senador José Porfírio	
8	Jacundá	6	Soure	

## ANEXO I – B

## LOCAIS DE ENTREGA DOS CARTÕES POR LOTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS

ÓRGÃO/LOTAÇÃO	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO	CEP	QTD FUNC.
Gabinete da Presidência	Av. Pres Vargas, 251 - 4 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	07
PRESI-Núcleo de Marketing	Av. Pres Vargas, 251 - 5 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	08
PRESI - Núcleo Jurídico	Av. Pres Vargas, 251 - 7 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	25
PRESI - Núcleo de Auditoria	Av. Pres Vargas, 251 - 6 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	13
Núcleo de Relações Inst. Governo	Av. Nazaré, 1329 – 1 andar	NAZARÉ	BELEM	66035170	06
GABINETE DA DIRAD	Av. Pres Vargas, 251 - 4 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	23
GABINETE DA DIFIN	Av. Pres Vargas, 251 – 3 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	01
GABINETE DA DICOP	Av. Pres Vargas, 251 – 4 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	04
SUPLO – Sup. Planej. Orçamento e Custos	Av. Pres Vargas, 251 – 4 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	09
SUAFI - Sup Adm Financeira	Rua Municipalidade, 1036	UMARIZAL	BELEM	66010350	42
SUCOB – Sup. Acomp Cobrança	Av. Pres Vargas, 251 - 1 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	33
SUCON - Super C. Contabilidade	Av. Pres Vargas, 251 - 5 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	17
SUCOR - Super Cont Riscos	Av. Pres Vargas, 251 - 6 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	17
SUNEG – Sup. Negocios	Av. Pres Vargas, 251 - 3 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	28
SUDEP- Sup Des Pessoas Proc	Av. Pres Vargas, 251 - 2 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	49
SUDES - Sup Des Econ e Social	Av. Pres Vargas, 251 - 3 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	29
SULOG- Sup Logística	Av. Senador Lemos, 2671	SACRAMENTA	BELEM	66120000	36
SUEMA – Sup.Engenh.Manut	Av. Senador Lemos, 2671	SACRAMENTA	BELEM	66120000	29
SUPRO - Sup Produtos Serviços	Av. Pres Vargas, 251 - 3 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	15
					35
SUACE – Sup. Adm.de Crédito	Av. Nazaré, 1329 – 1 andar	NAZARÉ	BELEM	66035170	
SUCOE – Sup. Cambio e Com.Exterior	Av. Pres Vargas, 251 - 6 andar	CAMPINA	BELEM	66010000	06



<b>SUREC – Sup Rel Canais</b>	Rua Municipalidade, 1036	UMARIZAL	BELEM	66010350	50
<b>SUSER - Sup Ret. De Serviços</b>	Rua Municipalidade, 1036	UMARIZAL	BELEM	66010350	48
<b>SUSEM - Sup Segur Empr.</b>	Av. Nazaré, 1329 – 1 andar	NAZARÉ	BELEM	66035170	21
<b>SUTEC – Sup Tecnologia</b>	Rua Municipalidade, 1036	UMARIZAL	BELEM	66010350	93
<b>AGENCIA ANANINDEUA</b>	Rod BR 316 Km 1	COQUEIRO	BELEM	67010900	28
<b>PA-SETRAN</b>	Av. Almirante Barroso, 3639	SOUZA	BELEM	66613907	02
<b>PA-MOSQUEIRO</b>	Praça da Matriz, 16	CENTRO	MOSQUEIRO	66910700	04
<b>PA-FORUM ANANINDEUA</b>	Rua Claudio Sandres, 193	CENTRO	ANANINDEUA	67030000	01
<b>AGENCIA BELEM CENTRO</b>	Av. Pres Vargas, 251	CAMPINA	BELEM	66010000	36
<b>PA-SALVATERRA</b>	Rua Frei Romão Echavarri nº178	CENTRO	SALVATERRA	66860000	05
<b>AGENCIA BR ANANINDEUA</b>	Rod Br 316-Km 8, nº 5	COQUEIRO	BELEM	67030976	15
<b>AGENCIA CIDADE NOVA</b>	Rua WE 67 531 Cj Cid. Nova VI	COQUEIRO	BELEM	67140090	15
<b>PA SANTA BÁRBARA DO PARÁ</b>	Rod. Augusto Meira Filho, S/n - Km 17	CENTRO	SANTA BARBARA	68798970	4
<b>AG. EMPRESARIAL</b>	Rua Diogo Moia Nº 156	UMARIZAL	BELEM	66055170	8
<b>AGENCIA ESTRADA NOVA</b>	Av. Bernardo Sayão, 540	JURUNAS	BELEM	66025210	18
<b>PA – AFUÁ</b>	Av. Marinho Candido, 40	CENTRO	AFUÁ	66890000	3
<b>PA – CENTUR</b>	Av. Gentil Bittencourt, nº 650	BATISTA CAMPOS	BELEM	66035340	3
<b>PA - ESTAÇÃO CIDADANIA</b>	Rua São Silvestre (esquina com a Tv. Tupinambás), nº 1300	JURUNAS	BELEM	66030570	2
<b>AGENCIA ICOARACI</b>	Av. Cristovão Colombo, 78	ICOARACI	BELEM	66810000	19
<b>PA - GOVERNADORIA</b>	Rod. Augusto Montenegro, Km 9	ICOARACI	BELEM	66821000	2
<b>AGENCIA NAZARE</b>	Av. Nazaré, 1329	NAZARE	BELEM	66035170	28
<b>PA - CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM</b>	Travessa Curuzú, nº 1755	MARCO	BELEM	66093802	2
<b>PA - POLÍCIA CIVIL</b>	Av. Magalhães Barata, nº 209	NAZARÉ	BELEM	66040903	3
<b>AGENCIA PALACIO</b>	Rua João Diogo, 130	COMERCIO	BELEM	66015160	26
<b>PA - PALÁCIO DA CABANAGEM</b>	Rua do Aveiro, nº 130	CIDADE VELHA	BELEM	66020070	4
<b>PA TJE - ALMIRANTE BARROSO</b>	Av. Almirante Barroso	SOUZA	BELEM	66613710	6

<b>PA TJE - FORUM CIVIL</b>	Rua João Diogo, s/n	CAMPINA	BELEM	66015165	5
<b>AGENCIA PEDREIRA</b>	Tv. Angustura, 1733	PEDREIRA	BELEM	66080180	15
<b>PA MUANÁ</b>	Av. Dr. José Ferreira Teixeira, nº 150	CENTRO	MUANA	68825000	4
<b>AGENCIA SÃO BRAS</b>	Av. José Bonifácio, 1.000	SAO BRAS	BELEM	66063100	27
<b>PA CEASA</b>	Estrada do Murutucum, Km 4	CURIÓ-UTINGA	BELEM	66610120	3
<b>PA COSANPA</b>	Av. José Bonifácio, nº 400	FATIMA	BELEM	66090363	2
<b>PA OFIR LOIOLA (HSE)</b>	Av. Gov. Magalhães Barata, nº 992	SÃO BRAS	BELEM	66063904	3
<b>PA JUCEPA</b>	Av. Gov. Magalhães Barata, nº 1234	SÃO BRAS	BELEM	66060901	2
<b>PA TÁ NA MÃO GUAMÁ</b>	Av. José Bonifácio, nº 2308	GUAMA	BELEM	66065362	1
<b>PA UEPA</b>	Tv. Perebebuí, nº 2023	MARCO	BELEM	66080400	2
<b>AGENCIA SENADOR LEMOS</b>	Av. Senador Lemos, 321	UMARIZAL	BELEM	66050000	49
<b>PA DETRAN</b>	Rod. Augusto Montenegro, Km 3, s/n	MANGUEIRÃO	BELEM	66640000	4
<b>AGENCIA TELEGRAFO</b>	Av. Senador Lemos, 1372	TELEGRAFO	BELEM	66113000	21
<b>PA HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANA</b>	Tv. Alferes Costa, s/n	SACRAMENTA	BELEM	66123000	3
<b>PA SEDUC</b>	Rod Augusto Mont., Km 9	PARQUE GUAJARÁ	BELEM	66821000	4
<b>AGENCIA ABAETETUBA</b>	Av. D Pedro II 236	CENTRO	ABAETETUBA	68440000	13
<b>PA – MOJU</b>	Av. Marechal Castelo Branco, 100	CENTRO	MOJU	68450000	4
<b>AGENCIA ALENQUER</b>	Trav Lauro Sodré , 193	CENTRO	ALENQUER	68200000	9
<b>PA CURUÁ</b>	Rua 3 de dezembro, nº 7	CENTRO	CURUA	68210000	3
<b>AGENCIA ALTAMIRA</b>	Rua 7 de Setembro, 1677	CENTRO	ALTAMIRA	68200000	13
<b>PA – VITÓRIA DO XINGU</b>	Rua José Porfírio Neto nº 1231	CENTRO	ALTAMIRA	68383000	3
<b>PA - ANAPU</b>	Rua das Comunicações, S/N	CENTRO	ANAPU	68365000	6
<b>AGENCIA BARCARENA</b>	Av. Côn. B. Campos, Q 377, L14	CENTRO	BARCARENA	68447000	13
<b>PA – PREFEIT. DE BARCARENA</b>	Av. Magalhães Barata, 72	CENTRO	BARCARENA	68445000	9
<b>AGENCIA BRAGANCA</b>	Av. Marechal Floriano Peixoto, 1749	CENTRO	BRAGANCA	68600000	10

<b>PAA-TRACUATEUA</b>	Rua Hamilton João Pinheiro s/n	CENTRO	TRACUATEUA	69647000	4
<b>AGENCIA BREVES</b>	Av. Pres Getulio Vargas, 1887	CENTRO	BREVES	68800000	8
<b>PA – ANAJÁS</b>	Rua Manoel Vieira s/n	CENTRO	BREVES	68810000	4
<b>AGENCIA CAMETA</b>	Rua Coronel Raimundo Leão, 760	CENTRO	CAMETA	68400000	11
<b>AGENCIA CANAÃ DOS CARAJÁS</b>	Av. Weyne Cavalcante, 476	CENTRO	CANAA DOS CARAJAS	68537000	10
<b>AGENCIA CAPANEMA</b>	Rua Barão de Capanema, 961	CENTRO	CAPANEMA	68700000	13
<b>PA – PRIMAVERA</b>	Av. Moura Carvalho, S/N	CENTRO	PRIMAVERA	68707000	3
<b>PA – SALINAS</b>	Av. Senador Lemos, 634	P AGULHA	SALINOPOLIS	68721000	4
<b>PA-SANTA LUZIA DO PARÁ</b>	Trav. Marcílio Dias S/N	CENTRO	SALINÓPOLIS	68644970	4
<b>PA - JOAO DE PIRABAS</b>	Rua Placido Nascimento, S/N	CENTRO	S.JOÃO DE PIRABAS	68719000	3
<b>AGENCIA CAPITAO POÇO</b>	Av. 29 de Dezembro, 1860	CENTRO	CAPITAO POCO	68650000	11
<b>PA - GARRAFÃO DO NORTE</b>	Rua Luiz Eduardo Magalhães, S/N	CENTRO	GARRAFÃO NORTE	68665000	4
<b>AGENCIA CASTANHAL</b>	Av. Maximino Porpino, 680	CENTRO	CASTANHAL	68743000	20
<b>PA- MARAPANIN</b>	Av. Rio Branco, 569	CENTRO	MARAPANIN	68760000	4
<b>PA- YAMADA PLAZA CASTANHAL</b>	Av. Pres. Getúlio Vargas, 4277	IAMETAMA	CASTANHAL	68700000	1
<b>AGENCIA CONC DO ARAGUAIA</b>	Av. Jucelino Kubitschek, 3343	CENTRO	CON. DO ARAGUAIA	68540000	10
<b>AGENCIA CONC DO PARA</b>	Av. Pres Vargas, 25	CENTRO	CONCORDIA PARÁ	68685000	10
<b>PA – TAILÂNDIA</b>	Tv. São Félix, 51	CENTRO	TAILÂNDIA	68695000	4
<b>PA – ACARÁ</b>	Trav. Manoel Paiva da Mota, 66	CENTRO	ACARÁ	68690970	4
<b>PA - TOMÉ AÇU</b>	Av. Três Poderes, 738	CENTRO	TOMÉ AÇU	68682000	2
<b>AGENCIA DOM ELISEU</b>	Av. Jucelino Kubistcheck, 182	CENTRO	DOM ELISEU	68633000	13
<b>PA – ITINGA</b>	Rod. BR 010 KM 1481	BELA VISTA	DOM ELISEU	68000000	2
<b>AGENCIA ITAITUBA</b>	Av. Hugo de Mendonça, 130	CENTRO	ITAITUBA	68180620	9

<b>AGÊNCIA ITUPIRANGA</b>	Av. 14 de Julho, 60	CENTRO	ITUPIRANGA	68580000	9
<b>AGENCIA JURUTI</b>	Praça da República s/n	CENTRO	JURUTI	68170000	9
<b>AGENCIA MARABA</b>	Folha 31 - Qda. 4 CS 1	CENTRO	MARABA	68507560	20
<b>PA -ELDOR. DOS CARAJAS</b>	Av. São Geraldo, 28, KM 100	CENTRO	ELDOR. CARAJAS	68524000	5
<b>PA - BREJO G DO ARAGUAIA</b>	Av. 13 de Maio, 272 B	CENTRO	BREJO GRANDE	68521000	3
<b>PA - TÁ NA MÃO MARABÁ</b>	Rua João Pessoa, 1491	NOVO	MARABÁ	68500000	3
<b>PA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA</b>	Av. José Bonifácio, 12020	CENTRO	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA		4
<b>AGENCIA MARACANA</b>	Av. Bertholdo Costa, 676	CENTRO	MARACANA	68710000	9
<b>AGENCIA OBIDOS</b>	Av. Dr. Correa Pinto, 74	CENTRO	OBIDOS	68250000	9
<b>AGENCIA ORIXIMINA</b>	Tv. Carlos M Teixeira, S/N	CENTRO	ORIXIMINA	68270000	9
<b>PA - TERRA SANTA</b>	Tv. Auzier Bentes, 159 A	CENTRO	TERRA SANTA	68285000	3
<b>AGENCIA PARAGOMINAS</b>	Tv. Estado do Pará, 121	COMERCIO	PARAGOMINAS	68625970	12
<b>PA – IPIXUNA</b>	Rua Sargento Simplicio, S/N	CENTRO	IPIXUNA	68637000	4
<b>AGENCIA PARAUPEBAS</b>	Rua F, Qd 56 L 11,302	CENTRO	PARAUPEBAS	68515000	12
<b>AGENCIA REDENCAO</b>	Av. Brasil, 378	CENTRO	REDENCAO	68551000	14
<b>PA SANTANA DO ARAGUAIA</b>	Rua Adão Franco, nº 15, Q 7, Lote 1-A	CENTRO	SANTANA DO ARAGUAIA	68560000	4
<b>PA-FLORESTA DO ARAGUAIA</b>	Rua dois S/N -	CENTRO	F. DO ARAGUAIA	68543000	3
<b>AGÊNCIA RONDON DO PARÁ</b>	Av. 1º Maio, 80	CENTRO	RONDON DO PARÁ	68638000	12
<b>PA- ABEL FIGUEIREDO</b>	Rua N Sra da Conceição, 43	CENTRO	ABEL FIGUEIREDO	68527000	4
<b>PA - BOM JESUS DO TOCANTINS</b>	Rua Expedito Nogueira, s/n	CENTRO	BOM JESUS DO TOCANTINS	68525000	3
<b>AGENCIA SANTA IZABEL</b>	Av. Barão do Rio Branco, 1063	CENTRO	STA IZABEL	68790000	14

<b>PA – BUJARU</b>	Av. Beira Mar, S/N	COMERCIO	BUJARU	69670000	3
<b>PA - STO ANTONIO DO TAUÁ</b>	Pça Alcides Paranhos, 17	CENTRO	STO ANTONIO TAUÁ	68786000	3
<b>AGENCIA SANTAREM</b>	Tv. 15 de novembro, 196	CENTRO	SANTAREM	68050290	20
<b>PA ALTER DO CHÃO</b>	Tv. Copacabana, s/n	CENTRO	SANTARÉM	68060270	3
<b>PA CIRETRAN SANTARÉM</b>	Av. Cuiabá, 890 - Sala A	LAGUINHO	SANTARÉM	68040400	3
<b>PA ESTAÇÃO CIDADANIA SANTARÉM</b>	Av. Rui Barbosa, nº 62	PRAINHA	SANTARÉM	68005080	3
<b>PA FÓRUM SANTARÉM</b>	Av. Mendonça Furtado, S/N	LIBERDADE	SANTARÉM		2
<b>PA MOJUÍ DOS CAMPOS</b>	Av. Castelo Branco, S/N	CENTRO	MOJUI CAMPOS	68120970	4
<b>PA - MONTE ALEGRE</b>	Praça Tiradentes, 138	CENTRO	MONTE ALEGRE	68220970	5
<b>PA - PREFEITURA SANTARÉM</b>	Av. Dr. Anísio Chaves, 853	CENTRO	SANTARÉM		2
<b>PA - SEFA SANTARÉM</b>	Tv. Professor Carvalho, S/N	CENTRO	SANTARÉM		2
<b>AGENCIA TUCURUI</b>	Tv. Lauro Sodré, 486	CENTRO	TUCURUI	68458210	13
<b>PA - BREU BRANCO</b>	Av. Getúlio Vargas, 894	CENTRO	BREU BRANCO	68488000	4
<b>PA – GOIANESIA</b>	Av. Tancredo Neves, 118	CENTRO	GOIANESIA	68639000	5
<b>AGENCIA VIGIA</b>	Boulevard Melo Palheta, S/N	CENTRO	VIGIA	68780000	10
<b>PA - S.CAETANO DE ODIVELAS</b>	Tv Antonio Baltazar Monteiro, 166	CENTRO	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	68775000	4
<b>AGENCIA VISEU</b>	Rua Lauro Sodré, 174	CENTRO	VISEU	68620000	8
<b>AGENCIA XINGUARA</b>	Av. Xingu, S/N	CENTRO	XINGUARA	68555010	12
<b>PA – SAPUCAIA</b>	R Dália, 77 - prédio da Pref Munic	CENTRO	SAPUCAIA	68548000	4
<b>PA - ÁGUA AZUL DO NORTE*</b>	Av Paulo Guimarães S/N	CENTRO	AGUA AZUL DO NORTE	68533000	0
<b>PA - RIO MARIA</b>	Av. Oito, 547	CENTRO	RIO MARIA	68530000	4

**ANEXO II****PROPOSTA DE PREÇOS (Modelo)**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S<sup>a</sup>, nossa proposta de preços para **a prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de benefício cultural na forma de cartão magnético pré-pago, dotados de tecnologia apropriada aos funcionários do BANPARÁ, que possibilitem aquisição de ir ao teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo ou comprar ou alugar CDs, DVDs, livros, revistas, jornais, instrumentos musicais, fazer um programa cultural, cursos de artes, audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura, teatro ou qualquer outro meio que possibilite ao funcionário acesso ao lazer e/ou cultura, por meio de rede de estabelecimentos credenciados nacional e também operações comerciais de compra realizadas pela internet, na forma definida do Decreto nº 8.084, de 26 de Agosto de 2013 que regulamenta a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura**, nos termos do edital e anexos e conforme abaixo:

A	B	C	D	E	F
Descrição dos Serviços	Quantidade de Usuários	Valor Mensal do Vale Cultura por Usuário	Valor da Taxa Administrativa	Valor Total Mensal Estimado	Valor Global Estimado (12 meses)
Prestação dos Serviços de Confecção e Fornecimento de Vale Cultura	1.020	R\$50,00			

**Obs1: Será objeto de lance no sistema comprasnet, o valor da coluna F (Valor global da proposta).**

O prazo de validade da proposta de preços é de **120 (cento e vinte) dias consecutivos**, contados da data da abertura da licitação.

Nos comprometemos a prestar os serviços objeto deste edital, nas condições e exigências estabelecidas no termo de referência anexo I do edital.

Declaramos que os serviços serão prestados estritamente de acordo com as especificações, condições, exigências constantes do Termo de Referência anexo I do edital, bem como, nos seus demais anexos, sob pena de não serem aceitos pelo órgão licitante.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital, termo de referência e instrumento de contrato.

Declaramos estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado.

Declaro que os preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, tributos, contribuições sociais, parafiscais, comerciais e outros inerentes ao objeto relativo ao procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO N. /2014.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Instrumento Contratual no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:



Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Tel./Fax: \_\_\_\_\_  
Endereço Eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Banco: 037 Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
RG nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_  
Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Caso não seja informado desde já, nos campos acima citados, a agência e conta aberta no Banco do Estado do Pará, em cumprimento ao art. 2º do Decreto Estadual n.º 877/2008 de 31/03/2008, **O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A SEGUINTE DECLARAÇÃO:**

**“NOS COMPROMETEMOS A REALIZAR A REFERIDA ABERTURA DA CONTA NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 05 (CINCO DIAS) CONSECUTIVOS CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.”**

**OBSERVAÇÕES:**

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital prevalecerão as últimas.

**ANEXO II-A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2014 UASG 925803, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2014 UASG 925803 foi elaborada de maneira independente pela empresa \_\_\_\_\_ e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2014 UASG 925803, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2014 UASG 925803, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2014 UASG 925803, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2014 UASG 925803, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2014 UASG 925803, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2014 UASG 925803 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2014 UASG 925803 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Belém (PA), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO  
SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**





O signatário da presente, em nome da Empresa \_\_\_\_\_ declara, sob as penas da Lei que, após o seu cadastramento, nenhum fato ocorreu que inabilite a empresa a participar do XXXX XXX/2014 do Banpará, e que contra a mesma não existe pedido de falência ou concordata.

Declara, igualmente, conhecer na íntegra o edital e que se submete a todos os seus termos, bem como às decisões tomadas com fundamento nele e na legislação aplicável .

#### **LOCAL E DATA**

(nome e assinatura do signatário)

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**

Declaramos em atendimento ao previsto no Edital Concorrência nº xx/xxxx, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Local e data.

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa.

**ANEXO V – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

(Modelo)



Atestamos para os devidos fins que a empresa **[Razão Social da Empresa licitante]**, inscrita no CNPJ sob o Nº. **[da Empresa licitante]**, estabelecida na **[endereço da Empresa licitante]**, presta ou prestou para esta empresa/Entidade **[Razão Social da Empresa Emitente do atestado]**, inscrita no CNPJ sob o Nº. **[CNPJ da Empresa Emitente do atestado]**, situada no **[endereço da Empresa Emitente do atestado]**, os seguintes serviços, abaixo especificado(s), no período de ( \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_):

1 **SERVIÇO PRESTADO:** (descrever)

2 **VALOR GLOBAL** (R\$):..... (se possível).

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante da Empresa Emitente]

Cargo / Telefone

**OBSERVAÇÃO: EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA/ ENTIDADE OU IDENTIFICÁ-LA LOGO ABAIXO OU ACIMA DO TEXTO, COM NOME, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONES, FAX E E-MAIL.**

**Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa**

**ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO**

*INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIO CULTURAL DENOMINADO VALE-CULTURA PESQUISA DE PREÇO, RESERVA, EMISSÃO, QUE FAZEM ENTRE SI O BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A E A EMPRESA XXXXX, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:*

Pelo presente instrumento particular que, entre si fazem, de um lado o **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.**, instituição financeira, com sede em Belém do Pará, na Avenida Presidente Vargas, n.º 251, Bairro Centro, CEP. 66.010-000, Belém-PA, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ n.º 04.913.711/0001-08, neste ato representado por seus administradores \_\_\_\_\_, portador do RG n.º. \_\_\_\_\_ e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n.º. \_\_\_\_\_, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, doravante designado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, sediada na cidade de \_\_\_\_\_, sito travessa à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por \_\_\_\_\_, (qualificação) portador do RG n.º \_\_\_\_\_, CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, (endereço completo), Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato, por Licitação na modalidade PREGÃO N.º \_\_\_\_\_, na forma eletrônica e da Lei Federal N.º 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, Processo n.º 0518/2014 – SUDEP/GEREG, conforme cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a **prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de benefício cultural na forma de cartão magnético pré-pago, dotados de tecnologia apropriada aos funcionários do BANPARÁ, que possibilitem aquisição de ir ao teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo ou comprar ou alugar CDs, DVDs, livros, revistas, jornais, instrumentos musicais, fazer um programa cultural, cursos de artes, audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura, teatro ou qualquer outro meio que possibilite ao funcionário acesso ao lazer e/ou cultura, por meio de rede de estabelecimentos credenciados nacional e também operações comerciais de compra realizadas pela internet, na forma definida do Decreto n.º 8.084, de 26 de Agosto de 2013 que regulamenta a Lei n.º 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura, , conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, que integrará este pacto para todos os fins de direito, bem como todos os anexos do edital.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A prestação de serviço atenderá as especificações técnicas, condições, exigências, obrigações e responsabilidades contidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital n.º /2014 e na Proposta de Preços apresentada na licitação, as quais fazem parte integrante deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A prestação de serviço será fiscalizada, por um funcionário designado pelo **CONTRATANTE**, com autoridade para exercer tal função.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**Além das obrigações contidas no item 09 no Termo de Referência – Anexo I do edital, para o fiel cumprimento deste contrato, a CONTRATADA se obriga a:**

- a) Responsabilizar-se pela adequada execução do contrato, com o atendimento integral das especificações, obrigações, exigências e condições inclusas no Termo de Referência, à legislação e todas as normas vigentes relativas ao objeto contratado, bem como às necessidades e orientações do **CONTRATANTE**;
- b) Dar ciência ao **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- c) Apresentar garantia nos moldes estabelecidos neste contrato;
- d) Acatar todas as exigências do **CONTRATANTE**, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, bem como quanto ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 42 à Constituição do Estado do Pará, de 04 de junho de 2008, devendo a empresa **CONTRATADA**, por ocasião da assinatura do Instrumento Contratual, apresentar Declaração de que emprega pessoas com deficiência, na forma prevista na referida Emenda;
- f) Responsabilizar-se pelos empregados que colocar a disposição do **CONTRATANTE**, se for o caso, observadas as legislações trabalhistas e a Lei Previdenciária Social;
- g) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**;
- h) Não ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza decorrente ou oriunda deste Contrato, salvo com autorização prévia e por escrito do **CONTRATANTE**;
- i) Acatar as exigências do poder público, às suas expensas, as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, mesmo aquelas que por força dos dispositivos legais sejam atribuídas ao **CONTRATANTE**, de tudo dando conhecimento a este;
- j) Não subcontratar, no todo ou em parte, sem prévia anuência do **CONTRATANTE**.
- k) Caso seja detectado qualquer problema na homologação do objeto do contrato, em qualquer uma das funcionalidades, a **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;
- l) Não utilizar o nome do **CONTRATANTE**, ou sua qualidade de **CONTRATADA** em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da **CONTRATADA**;
- m) Garantir, por conta da execução deste contrato, através de ações de contingência, a continuidade dos serviços contratados, nos casos de impossibilidade de execução dos serviços pelos empregados da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA não será responsável:**

- a) Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- b) Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no Contrato.
- c) O **BANPARÁ** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A responsabilidade da **CONTRATADA** pela prestação de serviço global, objeto desta licitação não será reduzida ou alterada em decorrência da existência da fiscalização do **CONTRATANTE**. Deverá ser antes entendida como uma parceria responsável e de colaboração.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**Além das obrigações contidas no item 08 Termo de Referência – Anexo I do edital**, para o fiel cumprimento deste contrato, o **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços;

- b) Acompanhar a prestação dos serviços objeto do presente contrato, por meio de servidor indicado, atestando ao final de cada etapa da prestação dos serviços e efetivar a satisfação do crédito da **CONTRATADA**, nos precisos termos dispostos no Contrato;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- d) Efetuar o pagamento na forma convencionada;
- e) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar a prestação dos serviços objeto do presente contrato dentro das normas propostas no edital de licitação e documentação pertinente a referida licitação;
- f) Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços por meio de servidor indicado e designado como seu representante.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

Fica desde já entendido que os profissionais que prestam serviços para a **CONTRATADA** não possuem qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** obriga-se a realizar suas atividades utilizando profissionais regularmente contratados e habilitados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na previdenciária, trabalhista, tributária e cível.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** responsabiliza-se, em caráter irrevogável e irretratável, por quaisquer reclamações trabalhistas ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial, inclusive decorrentes de acidente de trabalho, que venham ser intentadas contra o **CONTRATANTE**, por seus funcionários/colaboradores, que constituem mão-de-obra encarregada da execução dos serviços objeto deste contrato, seja a que título for e a que tempo decorrer, respondendo integralmente pelo pagamento de indenizações, multas, honorários advocatícios, custas processuais e demais encargos que houver, obrigando-se a **CONTRATADA** a requerer a substituição do **CONTRATANTE**, individual ou coletivamente, no pólo passivo da eventual reclamação trabalhista.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A **CONTRATADA** obriga-se a reembolsar ao **CONTRATANTE** todas as despesas decorrentes de:

- a) reconhecimento judicial de titularidade de vínculo empregatício de prepostos seus com o **CONTRATANTE**, ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico;
- b) reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiariedade do **CONTRATANTE** ou qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico no cumprimento das obrigações previdenciárias da **CONTRATADA**;

**PARÁGRAFO QUARTO:** O **CONTRATANTE** não assumirá responsabilidade alguma pelo pagamento de impostos e encargos que competirem à **CONTRATADA**, nem se obrigará a restituir-lhe valores, principais ou acessórios, que esta, porventura, despender com pagamentos desta natureza.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O valor global deste contrato é de **R\$-XXXXXXXXXXXXXX (valor por extenso)**, conforme especificado na tabela abaixo:

A	B	C	D	E	F
Descrição dos Serviços	Quantidade de Usuários	Valor Mensal do Vale Cultura por Usuário	Valor da Taxa Administrativa	Valor Total Mensal Estimado	Valor Global Estimado (12 meses)
Prestação dos Serviços de Confecção e Fornecimento de Vale Cultura	1.020	R\$50,00			

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, objeto deste contrato, conforme as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do edital.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os valores e quantidades mencionados no modelo de proposta de preço, são meramente referenciais e tem como única finalidade subsidiar licitantes a elaborarem suas propostas, não importando, em nenhuma hipótese, em compromisso do Banco do Estado do Pará – BANPARÁ para com o atendimento na execução do contrato, sendo que somente serão pagos os serviços de confecção e fornecimento de vales-cultura efetivamente realizados, comprovados por meio da fatura.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A realização de qualquer pagamento pelo CONTRATANTE fica condicionada a apresentação dos seguintes documentos: CND- emitida pelo INSS, Certidão de Regularidade da Receita Federal e da PGFN, CND do FGTS expedida pela CEF; CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; prova de regularidade para com as fazendas Estadual e Municipal do domicílio da sede da licitante vencedora.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O CONTRATANTE efetuará o pagamento, exclusivamente, via crédito em conta corrente a ser aberta pela CONTRATADA em uma das agências do Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ, a qual deverá ser indicada na nota fiscal/fatura, conforme dispõe o Decreto do Estado do Pará nº 877/2008.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Sem prejuízo aos redutores de fatura e/ou ao pagamento das multas estipuladas no contrato, o CONTRATANTE poderá suspender quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, sem incorrer em ônus adicionais, sempre que sua área responsável constatar a ocorrência de atrasos na execução dos serviços contratados, retomando-os tão logo tais atrasos seja completamente eliminado, nos termos de parecer da SUDEP/GEREG.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Todo e qualquer prejuízo ou responsabilidade, inclusive perante o Judiciário e órgãos administrativos, atribuídos ao CONTRATANTE, oriunda de problemas na execução do contrato por parte da CONTRATADA, serão repassadas a esta e deduzidas do pagamento realizado pelo CONTRATANTE, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO OITAVO:** No preço apresentado pela CONTRATADA já estão incluídos todos os tributos e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o contrato, assim como contribuições previdenciárias, fiscal e parafiscais, PIS/PASEP, FGTS, IRRF, emolumentos, seguro de acidente de trabalho e outros, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE, por eventuais autuações.

**PARÁGRAFO NONO:** De acordo com a legislação tributária e fiscal em vigor, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições incidentes no objeto contratado.

**PARÁGRAFO DEZ:** Uma vez configurado o inadimplemento contratual, ainda que parcial, o redutor de fatura de que tratam os itens referentes ao SLA será deduzido do pagamento devido pelo CONTRATANTE, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a fatura a ser entregue ao CONTRATANTE já conterá a descrição e o valor deduzido.

**PARÁGRAFO ONZE:** Ocorrendo atraso no pagamento das faturas ou outros documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, desde que não haja culpa da **CONTRATADA**, incidirá sobre os valores em atraso juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, calculados de forma simples sobre o valor em atraso e devidos a partir do dia seguinte ao do vencimento até a data da efetiva liquidação do débito.

### **CLÁUSULA SEXTA: DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO**

Os pagamentos dos serviços prestados ficarão condicionados, a critério do **CONTRATANTE**, à apresentação, pela **CONTRATADA**, dos seguintes documentos, no original ou cópia autenticada:

- a) Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS;
- b) Certidão Negativa de Débitos – CND do FGTS emitida pela CEF;
- c) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);
- d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O descumprimento do disposto nesta cláusula faculta ao **CONTRATANTE** o direito de reter o valor correspondente ao pagamento dos serviços até a regularização da pendência.

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados serão reajustados anualmente, a contar da data de assinatura deste contrato, no prazo da lei, segundo a variação acumulada do INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro, na falta deste, que estiver estabelecido na legislação à época de cada reajuste.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

O prazo contratual será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses permitidos em lei, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e autorizado formalmente pela autoridade competente:

*Os serviços foram prestados regularmente.*

*O CONTRATANTE ainda tenha interesse na realização do serviço.*

*O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para o CONTRATANTE.*

A empresa CONTRATADA concorda com a prorrogação.

### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

Em garantia ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente contrato, a **CONTRATADA** optará por uma das modalidades de garantia previstas nos incisos de I a III, do parágrafo primeiro, do art. 56, da Lei Nº. 8.666/1993:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- b) Fiança bancária.
- c) Seguro-garantia

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O comprovante da efetivação da garantia escolhida pela **CONTRATADA**, deverá ser apresentado ao **CONTRATANTE**, até a assinatura do Contrato, para verificação análise e demais providências, sob a pena de perder a **CONTRATADA**, o direito de contratar com o **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O valor da garantia será prestado conforme abaixo:

- a) Em se tratando de caução: 5% do valor global do contrato que será creditado em conta de poupança vinculada ao contrato nº. /2014, aberta na agência Belém Centro, em favor do BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A. à ordem da área gestora de contratos e pagamentos, podendo ser aplicada a títulos rentáveis, a crédito do **CONTRATANTE**, sendo que os acréscimos ao principal serão incorporados à caução;
- b) Em se tratando de fiança bancária: 5% do valor global do contrato, em qualquer Instituição Financeira Oficial a critério da **CONTRATADA**;



c) Em se tratando de seguro garantia: em qualquer seguradora, a critério da **CONTRATADA**, no valor correspondente a 5% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O valor da garantia de que trata esta cláusula ficará bloqueado durante o prazo de vigência do Contrato, somente podendo ser movimentado pelo **CONTRATANTE** para cobertura de danos decorrentes do presente ajuste, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, especialmente pela inexecução de que trata a cláusula dez, sem prejuízo das demais sanções legais ou contratuais.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese do valor caucionado permanecer intacto até o final do contrato, o **CONTRATANTE** restituirá acrescido dos rendimentos que forem creditados através da conta de poupança, 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso haja reajuste do valor do contrato ou retirada pela ocorrência de fatos que ensejem a utilização de parte ou totalidade do valor da garantia pelo **CONTRATANTE**, para cobertura dos danos causados, fica a **CONTRATADA** obrigada a complementar o valor da garantia de modo a corresponder sempre a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

#### **CLÁUSULA DEZ - DAS NOTIFICAÇÕES**

Toda e qualquer notificação, inclusive por e-mail, será feita por expediente registrado com comprovante de recebimento das áreas abaixo discriminadas, passando automaticamente a integrar este instrumento para todos os efeitos, valendo-se integralmente como documento aplicável, desde que os documentos sejam assinados pelos titulares das áreas abaixo indicadas, desde já reconhecidas como áreas interlocutoras oficiais para a operacionalização do objeto deste contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A notificação enviada de acordo com o especificado acima será considerada como recebida na data indicada no comprovante de recebimento, ajustando-se como endereços para troca de correspondência e notificação os seguintes:

a) do **CONTRATANTE**:

SUTEC...

END: .....

Att.: .....

Telefone: (91) ....

Fax: (91) .....

E-MAIL: .....

b) da **CONTRATADA**:

#### **CLÁUSULA ONZE - DAS PENALIDADES**

Além das sanções/penalidades previstas no Termo de Referência, anexo I do edital, no caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da administração e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas neste instrumento, sem prejuízo da apuração das perdas e danos:

**a)** Advertência;

**b)** multa;

**c)** suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o BANPARÁ, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos normativos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção de advertência poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do **CONTRATANTE**, a critério do **CONTRATANTE**, desde que não caiba aplicação de sanção mais grave.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados, nos seguintes percentuais:

a) 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso, limitado a quinze dias.

a.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 15 (quinze) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível também com as sanções previstas na letra "b" ou no parágrafo quarto desta cláusula, cumulado com o disposto no parágrafo terceiro da mesma cláusula.

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor global da contratação no caso do adjudicatário/contratado deixar de realizar qualquer uma das obrigações abaixo relacionadas, configurando-se, tais casos, como inexecução total da obrigação assumida:

b.1) Assinar o contrato relativo ao objeto que lhe foi adjudicado, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei e reconhecido pela autoridade competente, ou entregar a declaração de que emprega pessoas com deficiência, na forma prevista na Emenda Constitucional nº 42, de 04 de junho de 2008, à Constituição do Estado do Pará

b.2) Cumprir fielmente as exigências estabelecidas no termo de referência, anexo I do edital, bem como as cláusulas contratuais,

b.3) Não abrir a conta corrente exigida na forma do item **17.2.1** do Edital.

b.4) Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

b.5) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

b.6) Manter no curso do contrato, as condições de habilitação, o que será aferido periodicamente pelo **CONTRATANTE**, nos termos do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada nos seguintes percentuais e situações:

a) 10% (dez por cento) pela inexecução parcial do contrato, calculada sobre o valor global do contrato;

b) 15% (quinze por cento) pela inexecução total do contrato, calculada sobre o valor global do contrato;

**PARÁGRAFO QUARTO:** No caso rescisão por falta imputada à **CONTRATADA**, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O **CONTRATANTE** poderá aplicar, cumulativamente, à **CONTRATADA** multa moratória e multa por inexecução deste ajuste.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A aplicação das multas aludidas nesta cláusula não obsta que o **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A critério do **CONTRATANTE**, as multas poderão ser deduzidas dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, independentemente de comunicação ou interpelação judicial, sem prejuízo da cobrança judicial no caso de insuficiência dos referidos valores.

**PARÁGRAFO NONO:** No caso de aplicação de multa moratória, considerar-se-á, como intimação do ato, o recebimento, pela empresa, da comunicação respectiva, por correspondência.

**PARÁGRAFO DEZ:** A suspensão do direito de licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** se, por culpa ou dolo prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

a) por seis meses:

i) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para o **CONTRATANTE**;

ii) execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa, na forma do que dispõem os parágrafos primeiro e segundo da presente cláusula deste contrato.

b) por dois anos:

i) não conclusão dos serviços contratados;

ii) prestação do serviço em desacordo com o termo de referência, constante do Anexo I do edital, não efetuando sua correção após solicitação do **CONTRATANTE**;

iii) cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE**, ensejando a rescisão do contrato por sua culpa;

iv) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

v) apresentação, ao **CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação, bem como quando fizer qualquer tipo de declaração falsa;

vi) demonstração, a qualquer tempo, de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados;

vii) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura deste contrato;

viii) reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**.

c) por cinco anos, nos termos do art. 7º da Lei nº. 10.520/2002, no caso da empresa convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO ONZE:** A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Secretário de Estado da Fazenda quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do **CONTRATANTE**, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE** ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

**PARÁGRAFO DOZE:** A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a Proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais;

**PARÁGRAFO TREZE:** Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do parágrafo oitavo, corrigidos pelo índice da poupança, caso o julgamento seja favorável à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO QUATORZE:** As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais;

**PARÁGRAFO QUINZE:** Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

**CLÁUSULA DOZE - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

- a) de comum acordo entre as partes, independente de qualquer motivo, mediante simples aviso prévio de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação;
- b) por inadimplemento da **CONTRATADA** de quaisquer obrigações assumidas neste contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, inclusive o disposto na **Cláusula Onze**;
- c) Liquidação amigável ou judicial ou falência da **CONTRATADA**;
- d) Transferência total ou parcial de obrigações assumidas neste contrato, sem prévia anuência do **CONTRATANTE**, por escrito;
- e) Quando a alteração do contrato social da **CONTRATADA** prejudicar a execução do contrato, a critério do **CONTRATANTE**;
- f) Suspensão temporária ou declaração de inidoneidade da empresa em licitar ou contratar com a Administração Pública.;
- g) A **CONTRATADA** tenha sua idoneidade técnica ou financeira abaladas ou o seu controle acionário modificado de forma a prejudicar a fiel execução de suas obrigações contratuais;
- h) Nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93, conforme o caso;
- i) Nos demais casos previstos na legislação aplicável.

**CLÁUSULA TREZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A declaração de invalidade, nulidade, ilegalidade ou inexecutabilidade de qualquer cláusula, termo ou disposição deste Contrato, não afetará, ou atingirá a validade, legalidade, ou exequibilidade das demais disposições, termos e cláusulas contidas neste Contrato ou no Contrato como um todo.

**CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Belém do Pará, para dirimir controvérsias oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E assim, por estarem juntos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, subscritas pelas testemunhas abaixo qualificadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Belém (PA), de de 2014.

**BANCO DO ESTADO DO PARÁ S. A.****CONTRATADA****TESTEMUNHAS:****NOME:****NOME:****CPF:****CPF:****Anexos:****Edital/Anexos e Proposta de Preços.**